

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 95

Data: 8 de agosto de 1986

Pg.:

O Projeto Jari de Ludwig:
na contra-mão da história

Em 1982, o milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig símbolo emblemático do capitalismo internacional, decidiu: não pagaria as prestações semestrais do empréstimo que havia feito para montar seu império empresarial no interior da selva amazônica. Dos 750 milhões de dólares que gastara com reflorestamento, fábricas de celulose e caulim, cultivo de arroz, pecuária e sólida infra-estrutura, montada às margens do rio Jari (entre o Pará e o Amapá), num dos maiores imóveis rurais do planeta, apenas 175 milhões de dólares haviam saído dos seus próprios cofres. Quase 580 milhões foram obtidos através de empréstimos e financiamentos, como sempre Ludwig havia feito ao longo das sete décadas de negócios bem sucedidos.

Antes de completar 20 anos ele já conseguia juntar dinheiro emprestando de seus vendedores e usando contratos de venda para conseguir novos adiantamentos, a operação mais simples e fascinante do capitalismo. Desde esse momento, a fórmula confirmaria sua eficácia. Mas aos 70 anos, quando começou seus empreendimentos na Amazônia, Ludwig pode ter cometido um erro de avaliação: os juros internacionais experimentavam contínuos acréscimos, que obrigavam os grandes grupos a impor-se certas regras, não usuais na fase do "laissez-faire", sobretudo planejando com atenção seus gastos antes de efetuá-los.

Aos 70 anos, quando a maioria das pessoas já está entregue à reclusão da aposentadoria, Ludwig considerava o tempo inimigo de seus planos. Precisava fazer as coisas com rapidez se quisesse ver os resultados e desfrutar do produto. Não se importou muito de estar plantando árvores, formando rizicultura ou realizando mineração na selva amazônica. Diante de seus olhos, talvez os trópicos passassem como um cenário padrão, de monótona repetição. Por isso, apanhou um árvore de notável crescimento no sudeste asiático (a gmelina arborea), aclimatou-a na Nigéria e depois a fincou em terreno amazônico, esperando de sua reprodução acelerada o milagre da celulose. A primeira muda foi plantada em 1968 e já em 1979, apenas 11 anos depois, a Jari produzia celulose em sua fábrica, trazida do Japão sobre barcas ao longo de 21 mil quilômetros, mais uma das façanhas tecnológicas de D.K., como Ludwig preferia ser chamado entre seus raros íntimos.

Mas os efeitos de pura tecnologia da corporação Ludwig se revelavam inúteis, ociosos ou extravagantes na complexa e pouco conhecida Amazônia brasileira. Não bastava transplantar o melhor "know-how", tentando, por exemplo, repetir na várzea do rio Amazonas o que dera certo na Georgia. Os verdes campos de arroz formados no Jari constituíam belo espetáculo para os olhos visitantes, mas estavam podres por dentro. A cada ano davam prejuízo de cinco milhões de dólares. Ludwig ignorara o rio Amazonas, com sua gratuita fertilização, apostando na adubação química por aviões, na irrigação e drenagem dos campos por máquinas que consumiam o caro petróleo. E perdera. Os arrozais deveriam estender-se por 14 mil hectares. Não foram além de um quarto da previsão. A engenharia teve que ser completamente refeita.

A fábrica de celulose realmente começou a funcionar em tempo recorde, menos de dois anos depois que os estaleiros da Ishkawajima-Harima Industrie, em Kure, no Japão, começaram a cumprir a encomenda do ex-proprietário daquelas instalações (Ludwig as recebera como ajuda de seu amigo, o general MacArthur, logo depois que os Estados Unidos ocuparam o Japão). O engenheiro encantou o mundo ao atravessar dois oceanos, navegando, em duas reluzentes estruturas metálicas, a fábrica e a usina de energia, puxadas por possantes rebocadores, pareciam mostrar aos recalitrantes que o capitalismo é eterno. Já ultrapassando os 80 anos, Ludwig também parecia convencido de que vencera outra batalha, contra o tempo.

Logo essa ilusão se dissiparia. A fábrica estava pronta para funcionar, mas lhe faltava alimentação. Ludwig tentara apressar o preparo do terreno colocando máquinas pesadas, como os tratores D-8, para derrubar as multiseculares árvores nativas que ele desconhecia. De superficiais raízes (porque não precisam ir buscar no fundo a sua nutrição), as árvores foram derrubadas facilmente, mas as afiadas lâminas dos tratores também arrastaram consigo a fina camada

Lucio Flavio Pinto

de húmus acumulada na superfície do solo. Plantada nesse solo, a gmelina não cresceu como se esperava. Nem teria seu desenvolvimento asiático, equilibrado num ecossistema próprio e específico, se o solo não fosse um pouco mais rico do que o chão arenoso predominante na propriedade adquirida por D.K., em 1967, por quatro milhões de dólares.

Foi preciso selecionar solos argilosos e até usar (desperdiçando) manchas de terra roxa, não mais do que 40 mil hectares, 1% do que Ludwig julgava lhe pertencer quando assumiu o controle acionário de uma antiga companhia mercantil estabelecida em Belém, a maior detentora de terras da região, por isso a escolhida. A estratégia, traçada nos escritórios novaiorquinos, sobre planilhas teóricas, por tecnocratas espicaçados por um milionário septuagenário, começava a desmoronar.

Primeiro foi necessário arrancar as mudas plantadas em terreno impróprio, tarefa dificultada pela insistente rebrota da gmelina, transformada quase em praga. Isto significou perdas em tempo e dinheiro, também existentes na segunda tarefa: fazer novos plantios, já em solos adequados. Com isso, inviabilizou-se o principal sonho de Ludwig: extrair celulose e papel de uma única árvore, que tinha produtividade superior à das concorrentes convencionais, como pinho e eucalipto, e cujos segredos somente ele conhecia. D.K. arriscou tudo no lance: ninguém antes dele produzira celulose de gmelina arborea. Se desse certo, conquistaria o mercado — que julgava faminto e inatendido — do papel na passagem das décadas de 70 a 80.

Mas não pensou numa hipótese alternativa, certo que estava de que do lado de baixo do Equador tudo é igual, pigmeus e caboclos, sol tórrido, preguiça e incivilidade, um conjunto promiscuo que o fazia prevenir-se com latas de água mineral norte-americana sempre que fazia suas viagens à "jungle" amazônica, na qual não arredava pé da frugalidade. No entanto, faltava madeira nos tanques de fermentação da fábrica, obrigando a Jari a recorrer à desprezada árvore nativa e a buscar também os convencionais sucedâneos: pinus de variedade caribaea e eucaliptus deglupta.

Outros problemas se juntaram a esses. Ludwig já não desfrutava de desenvoltura para circular nos gabinetes governamentais, desde o do presidente, cujas portas — quando atrás delas estava o prussiano general Ernesto Geisel — lhe eram escancaradas por um ex-diretor da própria Jari, transformado em secretário particular do presidente. Sem essa absoluta liberdade, Ludwig, não podia mais fazer valer suas vontades, como no ano passado, quando conseguira importar a fábrica de celulose e a usina de força sem submetê-las ao exame de similaridade, que protegia a indústria nacional, livre de impostos e, da eventual azucrinção de um burocrata menor que tentasse fazer cumprir a lei, logo admoestado pelos cânones da segurança nacional. Ludwig queria adotar o mesmo procedimento em relação a uma hidrelétrica particular, uma fábrica de papel, uma usina de alumínio e quantos mais projetos saíssem de sua febril cabeça. Mesmo Geisel tivera que patrocinar a abertura política. E seu ex-quase-futuro discípulo, João Figueiredo, fora além. Não convinha mais deixar aquele milionário entrar no elevador privativo do presidente, descer em base militar ou vetar o ingresso de brasileiros em sua propriedade, como se exigisse deles um passaporte de emissão privativa. Até o mui prestativo Heitor Aquino fora despejado do Palácio do Planalto.

A época era formando não apenas pelo ângulo político, transformando Ludwig num não reciclado espécime do antediluviano do passado que se buscava exorcisar (transformação que ele não percebeu, preso, talvez, ao atavismo do colonizador), mas também na perspectiva econômica, e esta o milionário percebeu logo. A receita de seus negócios não cobriria o custo de seus projetos, sobretudo o custo financeiro. Só poderia ir em frente se colocasse dinheiro novo — e seu — na empreitada, até amortizar os empréstimos em moeda estrangeira, jogada já sem a mesma eficácia do passado. Era perspectiva nova e assustadora para quem fizera fortuna graças a uma fantástica capacidade de jogar com dinheiro alheio.

Ludwig começou a recuar, despachando

cartas, cujo tom, insolente, injusto, falso e absurdo, conduzia a um impasse com o mesmo governo que o transformara no maior de seus parceiros, sendo-lhe pródigo em obséquios. O confronto culminou com a decisão de não pagar mais as parcelas, de vencimento semestral, dos dois principais financiamentos (da Ishkawajima, onde ele tivera 20% das ações e do City Bank). Isto ocorrendo, o Tesouro Nacional, avalista da transação, seria obrigado a honrar os compromissos, pagando. Mas certamente o governo teria que assumir o controle da empresa, estatizando-a, quando nada como contrapartida ao derrame de dinheiro na escassa e cara moeda estrangeira em poder do país.

Posto diante da heresia, porém, o governo decidiu mesmo foi patrocinar o mais feérico processo de nacionalização de uma empresa estrangeira, incorporando-a a um volumoso livro da história do Brasil que tivera como seu capítulo anterior a nacionalização da Light. Quase todos os 22 conglomerados econômico-financeiros, dos maiores em que são "cabeça" empresários brasileiros, responderam ao chamado do governo "no escuro" para subscrever cotas do capital de uma nova empresa a ser formada em substituição à Jari Florestal e Agropecuária, de Ludwig. Apenas Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o melhor amigo brasileiro do milionário norte-americano, sabia com precisão em que estava se metendo. Afinal, fora o intermediário na aproximação de Ludwig com o governo brasileiro, nos saudosos idos do marechal Castelo Branco.

Para que os empresários nacionais tomassem uma parada que desconheciam, o governo aceitou ficar com os encargos financeiros, liberando as empresas privadas para atuar apenas na parte operacional. O todo poderoso ministro do Planejamento, Delfim Neto, ordenou ao Banco do Brasil e ao BNDES para jogar dinheiro na fogueira financeira da Jari (fora o que saiu, está saindo e ainda vai sair da Sudam, do BNH e de outros organismos oficiais, por conta de viabilizar a nacionalização).

Assim, a cada vencimento das parcelas que Ludwig recusou-se a pagar, os dois bancos estatais subscrevem ações preferenciais da Companhia Florestal Monte Dourado, mas sem direito a voto, naturalmente. Com isso, hoje possuem 42% das ações, em aplicação superior a 700 milhões de cruzados, sem correção monetária. Só a amortização dos empréstimos externos consumiu 843 milhões de cruzados.

Detentora atualmente de um dos maiores capitais sociais do país, que já chega a dois bilhões de cruzados, a companhia acumulou, desde o início de suas operações comerciais, em 1979, 1,8 bilhão de cruzados de prejuízos (488 milhões no exercício de 1985), valor que excede o orçamento do Estado do Pará, onde está baseada. Em termos estritamente operacionais (despesa e receita obtidas diretamente da produção), já é superavitária desde 1981, mas continuará no "vermelho" por mais alguns anos por causa dos custos financeiros, que Ludwig contraiu e refugou. Ainda há 46 milhões de dólares a amortizar e as últimas parcelas só vencem em 1990, justamente a parte mais onerosa, com juros acima da Libor (a taxa para o mercado europeu).

Isto significa que o Banco do Brasil e o BNDES continuarão a tirar dinheiro para tapar o buraco financeiro, tendo a contrapartida de dois dos cinco lugares exclusivamente no Conselho de Administração da empresa (sem função executiva, portanto) e a promessa de dividendos em futuro longínquo. Quando ele ocorrer, não faltarão elogios à brava iniciativa privada e Ludwig talvez receba um monumento para amainar sua amargura, curtida à distância, no primeiro mundo, para onde se recolheu, ao fim da aventura tropical, levando consigo talvez 300 milhões de dólares pela venda (à multinacional Alcoa) dos direitos de exploração da segunda maior jazida de bauxita do país, praticamente o dobro do que aplicou de verdadeiramente seu. Os direitos já estavam caducos e deveriam retornar ao governo. Mas este não costuma encerrar capítulos complicados, como esse da Jari, sem um grande "happy end".

* Este artigo foi escrito originalmente para a revista "Pau Brasil", de São Paulo, que o publica em seu número de agosto. São reflexões à margem e após o livro "Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto de Ludwig", que já está nas bancas e livrarias da cidade.